

PARTE II
FISCAL DE TRIBUTOS

26. É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), esse é o conceito de
- A) imposto.
 - B) taxa.
 - C) tributo.
 - D) contribuição de melhoria.
27. De acordo com o CTN, os tipos de tributos são:
- A) Impostos, Taxas e Contribuição Previdenciária.
 - B) Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria.
 - C) Impostos, Contribuição Previdenciária e Contribuição de Melhoria.
 - D) Contribuição Previdenciária, Taxas e Contribuição de Melhoria.
28. Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. É assim que o CTN conceitua o(a)
- A) ato administrativo.
 - B) administração tributária.
 - C) ação fiscal.
 - D) Poder de Polícia.
29. O tributo cobrado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, que é instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo, como limite total, a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado é o(a)
- A) imposto.
 - B) taxa.
 - C) contribuição de melhoria.
 - D) contribuição previdenciária.
30. Compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Trata-se de
- A) Constituição Federal.
 - B) Legislação Tributária.
 - C) Legislação Fiscal.
 - D) Constituição Estadual.
31. São prerrogativas de lei, entre outras,
- A) a instituição de tributos ou a sua extinção.
 - B) a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e o responsável tributário.
 - C) a fixação da alíquota do tributo, da sua base de cálculo e os prazos de recolhimento.
 - D) a majoração de tributos ou a sua redução, em quaisquer circunstâncias.
32. Assinale a alternativa que contém o termo que completa, corretamente, a frase: "A _____ surge com a ocorrência do fato gerador; tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente."
- A) Obrigação Acessória.
 - B) Obrigação Principal.
 - C) Hipótese de Incidência.
 - D) Base de Cálculo.
33. Decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. Trata-se de
- A) Obrigação Acessória.
 - B) Obrigação Principal.
 - C) Hipótese de Incidência.
 - D) Base de Cálculo.
34. Assinale a alternativa que corresponde à pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o cumprimento da obrigação tributária.
- A) Responsável.
 - B) Contribuinte.
 - C) Sujeito Passivo.
 - D) Sujeito Ativo.

35. O nome dado à pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária é
- A) Responsável.
 - B) Contribuinte.
 - C) Sujeito Passivo.
 - D) Sujeito Ativo.
36. São modalidades de extinção do crédito tributário:
- A) pagamento e compensação.
 - B) pagamento e medida judicial liminar.
 - C) remissão e impugnação.
 - D) decisão judicial passada em julgado e decisão administrativa singular.
37. São modalidades de exclusão do crédito tributário:
- A) moratória e isenção.
 - B) pagamento e parcelamento.
 - C) isenção e anistia.
 - D) anistia e moratória.
38. O tributo que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel localizado na zona urbana do Município, por natureza ou por acessão física, como está definido na Lei Civil é o
- A) IPVA
 - B) ITR
 - C) IPTU
 - D) ITCD
39. A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana no município de Tauá é
- A) o valor venal do imóvel.
 - B) o valor definido pelo poder público.
 - C) o valor de aquisição do imóvel.
 - D) o valor de venda do imóvel.
40. O imposto incidente sobre a transmissão de bens imóveis a qualquer título, por ato oneroso, desde que não compreendido na competência do Estado é o
- A) ITCD.
 - B) ITBI.
 - C) IPVA.
 - D) IPTU.
41. A importância fixa, cobrada anualmente dos Contabilistas, a título de ISSQN, referente aos serviços por eles prestados no município de Tauá, corresponde a
- A) 150 UFIR.
 - B) 100 UFIR.
 - C) 120 UFIR.
 - D) 200 UFIR.
42. São serviços constantes na relação de serviços compreendidos na competência do ISSQN, de acordo com o Art. 42 da Lei Municipal Nº 1.053, de 22/12/2000, alterado pela Lei Nº 1.224, de 23/12/2003, os serviços
- A) de transporte de natureza intermunicipal.
 - B) de comunicação.
 - C) prestados no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias, por qualquer estabelecimento.
 - D) de informática e congêneres.
43. Assinale a alternativa que corresponde ao tributo devido por pessoas ou estabelecimentos e que tem como fato gerador a exploração industrial, comercial, agropecuária, as operações financeiras, a prestação de serviços em geral, as diversões públicas, a publicidades ou congêneres.
- A) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
 - B) Contribuição de Melhoria.
 - C) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.
 - D) Taxa de licença, para localização e funcionamento.
44. O tributo que tem como fato gerador a expedição de certidões, requerimentos, registro de lotes de terrenos e marcas de animais e outros assemelhados é o(a)
- A) Taxa de licença para fins diversos.
 - B) Taxa de expediente.
 - C) Taxa de licença para localização e funcionamento.
 - D) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

45. São penalidades a que o infrator da legislação tributária está sujeito, de acordo com a Lei Municipal 1.053, de 20/12/2000:
- A) multas; sistema especial de fiscalização e proibição de transacionar com os órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município.
 - B) multas; sistema especial de tributação e proibição de transacionar com os órgãos integrantes da administração pública.
 - C) multas; sistema especial de fiscalização e proibição de transacionar com os órgãos integrantes da administração pública.
 - D) vencimento antecipado dos impostos; sistema especial de fiscalização e proibição de transacionar com os órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município.
46. É, constitucionalmente, vedada a cobrança de impostos sobre o patrimônio e os serviços de
- A) instituições de educação.
 - B) livrarias e papelarias.
 - C) quaisquer sindicatos.
 - D) partidos políticos.
47. Em se tratando do IPTU, considera-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em
- A) 1º de fevereiro de cada exercício financeiro.
 - B) 1º de janeiro de cada exercício financeiro.
 - C) 31 de janeiro de cada exercício financeiro.
 - D) 1º de dezembro de cada exercício financeiro.
48. Imposto que tem como fato gerador a prestação por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço não compreendido na competência da União ou dos Estados e, especificamente, a prestação de serviços constantes da lista inserta no Art. 42 da Lei Nº 1.053/2000, alterado pela Lei Nº 1.224/2003. Trata-se do
- A) Imposto de Renda.
 - B) Imposto Territorial Rural.
 - C) Imposto sobre Operações Financeiras.
 - D) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
49. De acordo com o Art. 59 da Lei Nº 1.053/2000, são isentos do ISSQN, **EXCETO**
- A) as casas de caridade ou estabelecimentos de fins humanitários e assistenciais, sem fins lucrativos.
 - B) as pessoas reconhecidamente pobres.
 - C) a prestação de assistência médica ou odontológica em ambulatórios mantidos por sindicatos e afins, cuja assistência seja gratuita.
 - D) as associações pertencentes a entidades de classes com fins lucrativos.
50. O tributo instituído para fazer face ao custeio de obras públicas e que tem, como fato gerador, a valorização imobiliária, tendo, como limite total, a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo do valor da obra para cada imóvel ou unidade imobiliária beneficiada é o(a)
- A) Taxa.
 - B) Imposto Territorial Rural.
 - C) Contribuição de Melhoria.
 - D) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.